

# Divórcios e escrituras por videoconferência arrancam em abril

Atos serão realizados através de uma plataforma criada pelo Ministério da Justiça. Lei fica à experiência dois anos



PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGES

Decreto-lei que permite a realização dos atos à distância foi publicado

**Marisa Silva**  
marisa.silva@ext.jn.pt

**INOVAÇÃO** A partir de 4 de abril, os divórcios, as escrituras e até as habilitações de herdeiros vão poder ser realizadas por videoconferência. O decreto-lei que permite a realização dos atos à distância foi publicado ontem em Diário da República, quase meio ano depois da aprovação em Conselho de Ministros. A intenção do Governo era que a medida entrasse em vigor a 15 de novembro, mas só agora avançou. A Ordem dos Notários, que deu um parecer negativo à medida, mantém algumas reservas.

Tal como o JN noticiou em novembro, para explicar a não entrada em vigor da medida no prazo definido inicialmente, o Ministério da Justiça alegou que “o presidente da República não promulgou o projeto”. Por sua vez, o gabinete de Marcelo Rebelo de Sousa garantiu que o diploma não tinha sido “vetado, nem promulgado, nem se encontrava em Belém”. A promulgação

chegou a 23 de dezembro. Assim, a partir de abril, alguns atos autênticos serão realizados através de uma plataforma disponibilizada pelo Ministério da Justiça. O regime será facultativo e terá um período experimental de dois anos. Findo o prazo, a medida será avaliada pelo Governo. Entre os serviços abrangidos por este regime estão os divórcios, as habilitações de herdeiros e o registo de imóveis. De fora, ficam os testamentos.

## ORDEM DÁ FORMAÇÃO

As sessões terão de ser gravadas e conservadas por 20 anos. Caberá aos profissionais recusar a realização do ato à distância se houver dúvidas sobre a identidade e livre vontade dos intervenientes ou sobre “a genuinidade dos documentos”.

O regime recebeu parecer positivo da Ordem dos Advogados. Posição contrária assumiu a Ordem dos Notários, que mostrou reservas quanto à proteção das pessoas mais vulneráveis. Ainda assim, o bastonário Jorge Batista da Silva garante “to-

tal cooperação” e avançou que a Ordem disponibilizará uma formação aos notários e seus trabalhadores.

“De alguma forma, estamos de acordo com a questão fundamental deste diploma: simplificar a vida das pessoas e garantir que, durante a pandemia, seja possível praticar atos para pessoas que estão, por exemplo, confinadas em casa. Apesar disso, continuamos com reservas”, afirmou. ●

## À LUPA

### Sessões só em Portugal

Os atos a realizar por conservadores, oficiais de registo, notários, advogados e solicitadores apenas podem ser feitos em território nacional.

### Autenticação

O acesso à plataforma para a realização dos atos à vai obrigar à autenticação dos utilizadores, através do cartão de cidadão ou da chave móvel digital.

## Investimento estrangeiro duplica último recorde

“Cada vez mais países querem investir aqui”, diz Brilhante Dias

**IDE** “Foi um ano fantástico, o melhor em investimento contratualizado desde a criação da AICEP, quer em investimento industrial quer em investimento direto estrangeiro (IDE)”. A reação do secretário de Estado para a Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, não esconde o entusiasmo pelos resultados sem precedentes deste ano na captação de valor para o país e o reconhecimento do “papel da AICEP, do seu presidente, Luís Castro Henriques, e da equipa nos resultados”.

## MAIS DE 70 CONCELHOS

No ano que hoje fecha, o investimento contratado supera em 229% o recorde de 2019, com três dos últimos quatro anos a quebrar barreiras sucessivas no investimento apoiado, sempre acima de mil milhões, revelam números oficiais disponibilizados ao JN/DV. Com os valores anunciados no Conselho de Ministros e as decisões do PT2020 em conclusão, até hoje serão apoiados projetos de investimento produtivo e de investigação e desenvolvimento tecnológico que envolvem “um total de 2,7 mil milhões, em mais de 70 concelhos”. Destes, mais de metade são IDE e os 48% de empresas nacionais.

Brilhante Dias justifica os números com a existência de muitos projetos em pipeline que foram contratualizados positivamente, além do regime transitório construído para aplicar o remanescente do PT2020 em 2021 e dos 124 projetos contratualizados, com grande componente de IDE e crescente diversificação de origens. O que permitiu ultrapassar os 76% do PIB em stock de IDE, num momento de crescimento do país. ● J.P.

## A FECHAR



## No fim da medida, IVAucher tem 12 milhões de saldo não utilizado

**FISCO** Ontem, a um dia do fim do prazo para compras elegíveis para reembolso de parte do IVA no âmbito da medida de estímulo ao consumo IVAucher (na restauração, hotelaria e cultura), havia 12 milhões de euros em saldo acumulado pelos contribuintes que permaneciam por utilizar. Segundo o Ministério das Finanças, foram devolvidos 37 milhões aos contribuintes inscritos na plataforma IVAucher, muito menos do que os 200 milhões inicialmente previstos. Os valores não reembolsados serão utilizados nas deduções à coleta do IRS.

## Despedimentos coletivos até novembro caem mais de metade

**DIREÇÃO-GERAL** O número de despedimentos coletivos comunicados até novembro totalizou 318, menos de metade do registado em igual período do ano anterior, quando se verificaram 650 processos. Segundo a Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), o número de trabalhadores a despedir ascendeu a 4008, tendo sido efetivamente despedidos 3503.

## Catarina Martins antecipa um PS a queimar pontes à Esquerda

**BE** Catarina Martins antevê uma campanha eleitoral em que o PS tentará “queimar as pontes possíveis” com a esquerda, à procura de maioria absoluta, cenário que o BE quer impedir para obrigar os socialistas a um “caminho negociado”. “António Costa quer uma maioria absoluta e fará uma espécie de ‘eu sozinho sou uma boa solução’”, antecipou a coordenadora do BE, em entrevista à agência Lusa.

## “Menos de 30 agências” fecharam

**CGD** A administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) desvaloriza a greve de ontem, dizendo que fechou “menos de 30 agências”. Já o Sindicato de Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC), que critica uma “insultuosa” atualização salarial, alega que foi “um sucesso do Norte ao Sul”. “Os clientes estão a ser servidos”, vinca o administrador da CGD, José João Guilherme, garantindo que o banco paga salários muito acima dos da concorrência. “Os balcões que estiveram a funcionar, funcionaram de forma deficitária”, contrapõe a sindicalista Joana Carvalho.